



Simulado Final **ALERJ**

Especialista Legislativo - Nível IV
Controle Interno E Auditoria
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **ALERJ**, cargo de **Especialista Legislativo Nível IV - Controle Interno e Auditoria**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/odcUiYazUhgF3jtHA>

01 - A B C D E	17 - A B C D E	33 - A B C D E	49 - A B C D E	65 - A B C D E
02 - A B C D E	18 - A B C D E	34 - A B C D E	50 - A B C D E	66 - A B C D E
03 - A B C D E	19 - A B C D E	35 - A B C D E	51 - A B C D E	67 - A B C D E
04 - A B C D E	20 - A B C D E	36 - A B C D E	52 - A B C D E	68 - A B C D E
05 - A B C D E	21 - A B C D E	37 - A B C D E	53 - A B C D E	69 - A B C D E
06 - A B C D E	22 - A B C D E	38 - A B C D E	54 - A B C D E	70 - A B C D E
07 - A B C D E	23 - A B C D E	39 - A B C D E	55 - A B C D E	71 - A B C D E
08 - A B C D E	24 - A B C D E	40 - A B C D E	56 - A B C D E	72 - A B C D E
09 - A B C D E	25 - A B C D E	41 - A B C D E	57 - A B C D E	73 - A B C D E
10 - A B C D E	26 - A B C D E	42 - A B C D E	58 - A B C D E	74 - A B C D E
11 - A B C D E	27 - A B C D E	43 - A B C D E	59 - A B C D E	75 - A B C D E
12 - A B C D E	28 - A B C D E	44 - A B C D E	60 - A B C D E	76 - A B C D E
13 - A B C D E	29 - A B C D E	45 - A B C D E	61 - A B C D E	77 - A B C D E
14 - A B C D E	30 - A B C D E	46 - A B C D E	62 - A B C D E	78 - A B C D E
15 - A B C D E	31 - A B C D E	47 - A B C D E	63 - A B C D E	79 - A B C D E
16 - A B C D E	32 - A B C D E	48 - A B C D E	64 - A B C D E	80 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/NrKS>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

1. Assinale a única alternativa que apresente uma oração subordinada adverbial concessiva.

- a) Um relato honesto se desenrola melhor se o fazem sem rodeios.
- b) Para se fazer entender, você precisa repetir uma mesma ideia até cansar. Por mais óbvia que seja.
- c) Sê breve em teus raciocínios, que a ninguém agrada seres longo.
- d) Quanto menos se fala, mais fácil fica de emendar.
- e) Quem não consegue explicar o que faz em 15 minutos é porque não sabe o que está fazendo.

2. Assinale a única alternativa que apresente problema com a norma culta.

- a) É preferível conhecer alguma coisa sobre tudo do que
 - a) tudo sobre apenas uma coisa.
 - b) Realizar é o princípio do conhecimento.
 - c) O que não se compreende, não se possui.
 - d) O que se desconhece não se deseja.
 - e) Quanto mais aumenta nosso conhecimento, mais evidente fica nossa ignorância.

3. Assinale a única alternativa que não se apresente na voz passiva

- a) O Brasil é governado por quatro poderes: executivo, legislativo, judiciário e aquisitivo.
- b) A cortesia nada custa e com ela muito se ganha.
- c) A cortesia é uma coisa excelente, porém com ela não se pagam as contas.
- d) No Brasil, não se pratica filantropia — se pratica pilantropia.
- e) Um só mestre de vícios, dizem, basta para que uma população se torne corrupta.

4. Um tipo de figura de retórica muito conhecido é a prosopopeia. Das seguintes frases, identifique a que exemplifica uma prosopopeia.

- a) A consciência, esse espelho traiçoeiro, devolveu-lhe uma imagem que ele preferia não reconhecer, polida demais para ser honesta.
- b) Sorriu com a gravidade de quem sabia que a virtude, quando exibida em excesso, costuma esconder pequenas corrupções domésticas.
- c) O elogio caiu-lhe aos ouvidos como moeda falsa: brilhante à primeira vista, inútil no fundo do bolso.
- d) Prometeu mudar de vida com a mesma convicção com que todos prometem antes de repetir o erro na semana seguinte.
- e) A ambição cochichava-lhe conselhos ao pé do ouvido, paciente e insistente, como velha conhecida que não aceita despedida.

5. Naquela noite úmida de março de 1867, a Rua do Salitre estava tomada por intensa movimentação. As Variedades e o Circo Price, iluminados pelos bicos de gás tremeluzentes ao vento, anunciavam uma noite de espetáculo destinada à alta sociedade. A casa estava cheia: diante da entrada, a multidão se comprimia em torno das bilheterias, formando um aglomerado inquieto e barulhento que se espalhava pela rua.

Sobre a sua tipologia textual, assinale a afirmativa correta.

- a) Texto narrativo que relata os acontecimentos de uma noite movimentada no circo.
- b) Texto informativo que apresenta fatos ocorridos numa noite de março.
- c) Texto publicitário que divulga atividades de um circo.
- d) Texto descritivo que retrata o cenário de uma noite agitada em torno de um circo.
- e) Texto injuntivo que sugere, de forma indireta, a ida ao circo.

6. “A ampliação do acesso à informação não garante, por si só, maior compreensão da realidade. Ao contrário, quando não acompanhada de critérios de análise, pode produzir confusão, superficialidade e falsas certezas.”

O método de raciocínio predominante no texto é:

- a) Dedutivo, pois parte de uma regra geral para explicar um caso particular.
- b) Indutivo, porque generaliza conclusões a partir de observações isoladas.
- c) Analógico, ao comparar explicitamente dois fenômenos distintos.
- d) Dialético, ao contrapor uma expectativa inicial a um efeito oposto.
- e) Enumerativo, ao listar consequências sem estabelecer relação lógica.

7. A crença de que a tecnologia, por si só, democratiza o conhecimento ignora um aspecto essencial do processo educativo: a mediação crítica. O simples acesso a plataformas digitais, conteúdos abundantes e ferramentas interativas não assegura aprendizagem significativa. Sem orientação, critérios de seleção e capacidade de reflexão, o excesso de informação tende a dispersar, superficializar e até distorcer a compreensão dos fatos. Assim, mais do que investir em recursos tecnológicos, é indispensável formar sujeitos capazes de pensar criticamente sobre aquilo que consomem.

A tese apresentada no texto é:

- a) A tecnologia ampliou de forma definitiva o acesso ao conhecimento nas sociedades contemporâneas.
- b) O excesso de informação disponível nas plataformas digitais compromete todo processo de aprendizagem.
- c) A mediação crítica é indispensável para que a tecnologia contribua efetivamente para a aprendizagem.
- d) As plataformas digitais devem substituir os métodos tradicionais de ensino.
- e) O investimento em recursos tecnológicos deve ser prioridade absoluta nas políticas educacionais.

8. A testemunha, homem experiente, declarou-se cansado de repetir os mesmos fatos diante do tribunal.

No texto acima ocorre:

- a) a silepse de número.
- b) a silepse de pessoa.
- c) a silepse de número e pessoa.
- d) a concordância por atração.
- e) a silepse de gênero

9. Assinale a alternativa em que ocorre participação do autor da frase.

- a) A maior virtude do homem é talvez a curiosidade.
- b) A curiosidade é, nas almas grandes e nobres, a primeira e última paixão.
- c) Nossa curiosidade é proporcional à nossa cultura.
- d) As coisas que as pessoas mais querem saber nunca são da conta delas.
- e) Nunca se farta o olho de olhar nem o ouvido.

10. Assinale a alternativa em que um termo ‘mesmo’ tem valor diferente dos demais.

- a) O mesmo aluno apresentou novamente a justificativa já analisada pela comissão.
- b) Amigo mesmo é aquele que não separa a briga, chega de voadora.
- c) A banca voltou a considerar o mesmo erro cometido por outros candidatos.
- d) Os avaliadores entrevistaram o mesmo candidato citado no recurso administrativo.
- e) A comissão rejeitou novamente a mesma justificativa analisada no processo inicial.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA*Renato da Costa*

11. Considere a planilha do Excel abaixo, utilizada por um setor administrativo para consulta de gratificações:

	A	B	C	D
1	(Matrícula)	(Nome)	(Cargo)	(Gratificação)
2	1001	Ana	Analista	1200
3	1002	Bruno	Técnico	800
4	1003	Carla	Analista	1200
5	1004	Diego	Coordenador	2000
6	1005	Elisa	Técnico	800

Na célula F2, foi digitada uma matrícula. Deseja-se, na célula G2, retornar o valor da gratificação correspondente. Caso a matrícula não exista, deve aparecer o texto "Matrícula inexistente".

Assinale a alternativa que apresenta a fórmula correta, utilizando a função PROCX.

- a) =PROCX(F2;A2:A6;D2:D6;"Matrícula inexistente")
- b) =PROCX(A2:A6;F2;D2:D6;"Matrícula inexistente")
- c) =PROCX(F2;D2:D6;A2:A6;"Matrícula inexistente")
- d) =PROCV(F2;A2:D6;4;FALSO;"Matrícula inexistente")
- e) =PROCX(F2;A2:D6;4;"Matrícula inexistente")

12. Um analista de um órgão público utiliza o Microsoft Excel para organizar uma planilha de controle de servidores, contendo, entre outras, as colunas Nome, Setor, Situação (Ativo/Inativo) e Pontuação. Ele deseja implementar as seguintes funcionalidades:

- destacar automaticamente, em cores, os servidores com pontuação abaixo de 60;
- permitir que o usuário visualize apenas os registros de um determinado setor;
- restringir o preenchimento da coluna Situação apenas aos valores "Ativo" ou "Inativo".

Considerando os recursos do Excel, assinale a alternativa que associa corretamente cada necessidade à sua respectiva funcionalidade.

- a) Pontuação abaixo de 60 → Validação de Dados; visualizar apenas um setor → Formatação Condicional; restringir valores da Situação → Filtro.
- b) Pontuação abaixo de 60 → Filtro; visualizar apenas um setor → Validação de Dados; restringir valores da Situação → Formatação Condicional.
- c) Pontuação abaixo de 60 → Formatação Condicional; visualizar apenas um setor → Filtro; restringir valores da Situação → Validação de Dados.
- d) Pontuação abaixo de 60 → Validação de Dados; visualizar apenas um setor → Filtro; restringir valores da Situação → Formatação Condicional.
- e) Pontuação abaixo de 60 → Filtro; visualizar apenas um setor → Formatação Condicional; restringir valores da Situação → Validação de Dados.

13. Um analista de TI de um órgão público estava organizando documentos no Windows e tentou criar alguns arquivos por meio do Explorador de Arquivos. No entanto, alguns nomes não puderam ser aceitos pelo sistema operacional, pois violavam regras de nomenclatura de arquivos do Windows.

Considerando as restrições impostas pelo Windows para nomes de arquivos e pastas, assinale a alternativa que apresenta um nome de arquivo inválido.

- a) relatorio_final_2026.docx
- b) dados.servidores.v1.xlsx
- c) controle<financeiro>.pdf
- d) backup-janeiro-2026.zip
- e) oficio 12_2026.txt

14. Durante a elaboração de um relatório extenso no Microsoft Word, um servidor deseja que, ao clicar em uma palavra no texto, o leitor seja levado automaticamente para um título específico localizado em outra parte do documento, facilitando a navegação interna.

O requisito principal é que o link seja criado para um elemento do próprio documento, sem necessidade de páginas externas ou endereços da internet.

Assinale a alternativa que indica o recurso mais adequado para atender a essa finalidade.

- a) Inserção de nota de rodapé.
- b) Criação de sumário automático.
- c) Utilização do recurso Referência cruzada, marcando a opção de inserção como hiperlink.
- d) Inserção de quebra de seção contínua.
- e) Uso da ferramenta Controlar Alterações.

15. Durante o desenvolvimento de um sistema interno, um analista precisou documentar a estrutura de um endereço web utilizado para acesso a um serviço da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Foi apresentado o seguinte endereço fictício:

<https://www.aleri.rj.gov.br:8443/portal/servicos/consulta?id=125&tipo=oficio#resultado>

Considerando a estrutura de uma URL, assinale a alternativa que identifica corretamente todos os seus principais componentes.

- a)
Protocolo: https
Domínio: www.aleri.rj.gov.br
Porta: 8443
Caminho: /portal/servicos/consulta
Consulta (query string): id=125&tipo=oficio
Fragmento: resultado
- b)
Protocolo: www
Domínio: aleri

Porta: rj.gov.br

Caminho: https://portal/servicos

Consulta: 8443

Fragmento: resultado

c)

Protocolo: https

Domínio: aleri.rj.gov.br

Porta: /portal

Caminho: 8443/servicos

Consulta: id=125

Fragmento: tipo=oficio#resultado

d)

Protocolo: https

Domínio: www.aleri.rj.gov.br

Porta: resultado

Caminho: /portal/servicos/consulta

Consulta: id=125&tipo=oficio

Fragmento: 8443

e)

Protocolo: www.aleri.rj.gov.br

Domínio: https

Porta: 8443

Caminho: /portal

Consulta: servicos/consulta?id=125

Fragmento: tipo=oficio#resultado

16. Um órgão público está avaliando o uso de Inteligência Artificial Generativa (IA generativa) para apoiar atividades como redação inicial de relatórios, criação de resumos automáticos, geração de imagens institucionais e apoio à programação. No estudo técnico, destacou-se que esse tipo de IA se diferencia de abordagens tradicionais por produzir novos conteúdos, em vez de apenas classificar ou prever rótulos.

Considerando os conceitos de IA generativa, assinale a alternativa correta.

- a) IA generativa limita-se à execução de regras previamente programadas, sem empregar modelos estatísticos treinados em grandes volumes de dados.
- b) IA generativa tem como principal objetivo a classificação de dados rotulados, não sendo capaz de criar novos textos, imagens ou sons.
- c) IA generativa baseia-se em modelos capazes de aprender padrões a partir de grandes conjuntos de dados e gerar novos conteúdos, como textos, imagens, músicas ou códigos, de forma probabilística.
- d) IA generativa é composta exclusivamente por sistemas especialistas simbólicos, sem uso de redes neurais ou modelos de linguagem.
- e) IA generativa produz sempre resultados determinísticos, idênticos para a mesma entrada, não envolvendo processos estocásticos.

17. Um setor de planejamento de um órgão público está elaborando um relatório gerencial com diferentes objetivos de visualização de dados, conforme descrito a seguir:

- I. Comparar quantidades entre categorias distintas (por exemplo, número de processos por setor).
- II. Analisar a evolução de um indicador ao longo do tempo (por exemplo, despesas mensais).
- III. Apresentar a participação percentual de cada categoria em um total (por exemplo, distribuição do orçamento).

IV. Avaliar a distribuição e dispersão de valores, destacando mediana, quartis e possíveis outliers.

Considerando as boas práticas de visualização e análise de dados, assinale a alternativa que associa corretamente cada objetivo ao tipo de gráfico mais adequado.

- a) I – gráfico de linhas; II – gráfico de pizza; III – histograma; IV – gráfico de barras.
- b) I – gráfico de barras; II – gráfico de linhas; III – gráfico de pizza; IV – boxplot (diagrama de caixa).
- c) I – histograma; II – gráfico de colunas; III – boxplot; IV – gráfico de pizza.
- d) I – gráfico de setores; II – histograma; III – gráfico de linhas; IV – gráfico de colunas.
- e) I – boxplot; II – gráfico de barras; III – histograma; IV – gráfico de pizza.

18. Durante a edição de um relatório no Microsoft Word, um servidor deseja aplicar rapidamente alguns comandos por meio de atalhos de teclado. Considere as ações a seguir:

- I. Salvar o documento.
- II. Selecionar todo o conteúdo do documento.
- III. Aplicar negrito ao texto selecionado.
- IV. Localizar uma palavra no documento.

Assinale a alternativa que apresenta a associação correta entre ação e atalho, respectivamente.

- a) I – Ctrl + N; II – Ctrl + T; III – Ctrl + I; IV – Ctrl + F
- b) I – Ctrl + B; II – Ctrl + A; III – Ctrl + N; IV – Ctrl + L
- c) I – Ctrl + S; II – Ctrl + T; III – Ctrl + B; IV – Ctrl + P
- d) I – Ctrl + B; II – Ctrl + T; III – Ctrl + N; IV – Ctrl + L
- e) I – Ctrl + Shift + S; II – Ctrl + L; III – Ctrl + U; IV – Ctrl + H

19. Um servidor de um órgão público está elaborando uma apresentação institucional no Microsoft PowerPoint e precisa garantir que todos os slides sigam o mesmo padrão visual, incluindo logotipo no rodapé, fonte padronizada, cores institucionais e posição fixa de títulos. Além disso, ele deseja que futuras alterações nesse padrão sejam refletidas automaticamente em todos os slides da apresentação.

Considerando os recursos do PowerPoint, assinale a alternativa correta.

- a) As alterações devem ser feitas individualmente em cada slide, pois o PowerPoint não possui recurso centralizado para controle de layout e formatação.
- b) O recurso Slide Mestre permite definir elementos visuais e formatações globais que se aplicam aos slides vinculados, facilitando a padronização e a atualização automática.
- c) O Slide Mestre serve apenas para controlar animações e transições, não afetando cores, fontes ou objetos gráficos.
- d) O uso do Slide Mestre elimina a possibilidade de personalizar slides específicos, pois todos ficam permanentemente bloqueados ao mesmo formato.
- e) O Slide Mestre é utilizado exclusivamente para criar o sumário automático da apresentação.

20. Um órgão público passou a utilizar ferramentas de Inteligência Artificial para apoiar atividades como triagem de requerimentos, análise preliminar de documentos e elaboração de minutas. Durante a implantação, a comissão responsável destacou a necessidade de observância de princípios éticos, a fim de evitar riscos como discriminação, falta de transparência e uso indevido de dados.

Considerando boas práticas éticas no uso da IA, assinale a alternativa correta.

- a) Sistemas de IA, uma vez treinados, são intrinsecamente imparciais, dispensando monitoramento humano.

b) A adoção de IA em órgãos públicos autoriza automaticamente o uso irrestrito de dados pessoais, independentemente de finalidade ou consentimento.

c) O uso ético da IA envolve princípios como transparência, responsabilidade, proteção de dados, mitigação de vieses e supervisão humana.

d) A ética em IA limita-se à eficiência computacional dos algoritmos, não se relacionando a impactos sociais ou direitos fundamentais.

e) Para garantir neutralidade, recomenda-se impedir qualquer explicação sobre o funcionamento dos sistemas de IA ao usuário final.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. Durante uma perseguição policial a um veículo em fuga, um dos disparos de arma de fogo efetuado por um agente de segurança pública atingiu e feriu gravemente um pedestre que transitava pela calçada, sem qualquer envolvimento com o crime. A família da vítima pretende buscar reparação do Estado pelos danos sofridos. De acordo com a Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a responsabilidade civil do Estado, nesse caso, é:

- a) Subjetiva, dependendo da comprovação de dolo ou culpa do agente policial.
- b) Objetiva, sob a modalidade do risco administrativo, exigindo apenas a demonstração do dano e do nexo causal entre este e a conduta estatal.
- c) Inexistente, pois o agente agiu em estrito cumprimento do dever legal, uma excludente de responsabilidade.
- d) Subsidiária, devendo a vítima primeiro acionar judicialmente o agente policial para depois, em caso de insolvência, acionar o Estado.
- e) Objetiva, sob a modalidade do risco integral, não admitindo qualquer excludente de nexo causal.

22. Um Prefeito Municipal, com base em seu poder discricionário, nomeou um cidadão para o cargo em comissão de Secretário de Obras. O ato de nomeação, devidamente publicado, continha todos os elementos necessários: agente competente, finalidade pública, forma prescrita em lei, motivo congruente e objeto lícito. Em relação aos atributos do ato administrativo, essa nomeação:

- a) Goza de presunção de legitimidade e veracidade, mas não possui autoexecutoriedade.
- b) É um ato com imperatividade, mas sem presunção de legitimidade até que seja validado pelo Legislativo.
- c) Possui exigibilidade, mas sua eficácia depende de homologação judicial.
- d) Não possui tipicidade, pois é um ato discricionário.
- e) Goza de autoexecutoriedade, impondo ao nomeado sua posse obrigatória.

23. Durante a execução de um contrato de obra pública, foi constatada a necessidade de modificar o projeto original para melhor adequação técnica. A alteração implicaria um acréscimo de 30% no valor inicial atualizado do contrato. O fiscal do contrato questionou a legalidade desse acréscimo. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, essa alteração contratual é:

- a) Permitida, pois os acréscimos em contratos de obra podem chegar a 50% do valor inicial.
- b) Permitida, desde que haja concordância do contratado, pois o limite para acréscimos é de 25% para obras, mas pode ser expandido por acordo.
- c) Permitida, pois a lei não estabelece limites percentuais para alterações qualitativas, apenas para as quantitativas.
- d) Vedada, pois o limite máximo para acréscimos em contratos de obra é de 25% do valor inicial atualizado.
- e) Vedada, pois qualquer alteração que modifique o valor do contrato exige a realização de uma nova licitação.

24. Um hospital público necessita contratar, de forma contínua, diversos laboratórios para a realização de exames clínicos complexos, pois não possui estrutura para atender toda a demanda. O hospital pretende que todos os laboratórios que atendam aos requisitos mínimos de qualificação possam ser contratados pela tabela de preços definida pelo poder público. O procedimento auxiliar de licitação adequado para essa situação é:

- a) Pré-qualificação.
- b) Credenciamento.
- c) Procedimento de manifestação de interesse.
- d) Sistema de registro de preços.
- e) Leilão reverso.

25. Um fiscal municipal, no exercício regular de sua função, adentra um estabelecimento comercial aberto ao público para verificar o alvará de funcionamento e as condições de segurança. O proprietário do estabelecimento se opõe à fiscalização, alegando violação de propriedade. A prerrogativa que permite ao fiscal realizar tal inspeção, mesmo sem autorização judicial e contra a vontade do proprietário, deriva diretamente do:

- a) Poder hierárquico.
- b) Poder disciplinar.
- c) Poder regulamentar.
- d) Poder de polícia.
- e) Poder vinculado.

26. Um servidor público responsável pelo setor de compras de um órgão federal recebeu, de um empresário, um veículo de luxo como "presente" para agilizar a liberação de pagamentos devidos à empresa por um contrato já executado. O servidor, de fato, utilizou sua influência para acelerar os trâmites internos, que ocorreram em conformidade com a lei, apenas de forma mais célere. A conduta do servidor caracteriza ato de improbidade administrativa:

- a) Que atenta contra os princípios, pois violou o dever de imparcialidade, mas sem enriquecimento ilícito, pois o presente foi uma doação.
- b) Que causa prejuízo ao erário, pois a aceleração do pagamento pode ter gerado custos de oportunidade para a Administração.
- c) Que importa enriquecimento ilícito, consistente em receber vantagem econômica indevida para facilitar ato da administração.
- d) Atípica, pois não houve prejuízo ao erário e o ato praticado (liberação do pagamento) era lícito e devido.
- e) Que só poderia ser punida na esfera penal por corrupção passiva, não na de improbidade.

27. Um empresário, proprietário de uma construtora, induziu dolosamente um fiscal de obras de um município a aprovar a medição de uma etapa da obra que não havia sido concluída, prometendo-lhe uma vantagem futura. O fiscal, concordando, atestou falsamente a conclusão, gerando um pagamento indevido à construtora e, consequentemente, prejuízo ao erário. Na ação de improbidade administrativa, o empresário:

- a) Não pode ser réu, pois a ação se destina apenas a agentes públicos.
- b) Pode ser réu, pois a lei estende suas disposições àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para o ato.
- c) Responde apenas pelo ressarcimento do dano, mas não pelas outras sanções, que são exclusivas de agentes públicos.

d) Só pode ser réu se for sócio-gerente da empresa, não apenas proprietário.

e) Responde na esfera criminal por corrupção, mas não na de improbidade, por ser um particular.

28. Gilnara, estudando sobre as características dos órgãos públicos, afirmou corretamente que:

- a) Possuem personalidade jurídica própria, podendo celebrar contratos em nome próprio.
- b) São centros de competência despersonalizados resultantes da desconcentração, podendo se fazer presentes na administração direta ou na indireta.
- c) Detêm autonomia política para legislar sobre matérias de sua competência.
- d) Em regra, possuem capacidade processual plena para figurar em qualquer polo de ação judicial.
- e) Integram exclusivamente a estrutura da administração direta.

29. A sociedade empresária Alfa, concessionária responsável pelo serviço de transporte público rodoviário intermunicipal, tem recebido constantes reclamações dos usuários sobre a superlotação dos veículos e o descumprimento dos horários. A agência reguladora responsável notificou a empresa, alegando que tais falhas configuram a prestação de serviço inadequado. De acordo com a Lei nº 8.987/1995, um serviço é considerado adequado quando satisfaz, entre outras, as condições de:

- a) previsibilidade, cortesia na prestação e modicidade das tarifas.
- b) Universalidade, gratuidade e eficiência.
- c) Continuidade, eficiência e segurança.
- d) Pessoalidade, discricionariedade e regularidade.
- e) Lucratividade para o concessionário, conforto e pontualidade.

30. A respeito do Controle da Administração, considere:

- I – O controle externo, a cargo dos Tribunais de Contas, deve ser exercido mediante auxílio do poder legislativo de cada ente.
- II – O controle realizado pelo Senado Federal quanto à escolha de autoridades pelo Presidente, popularmente denominada “sabatina de autoridades”, é classificado como controle parlamentar direto de natureza política.
- III – O julgamento, pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, das contas dos responsáveis por dinheiros públicos caracteriza controle parlamentar indireto.

Sobre o controle da administração pública, está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) III, apenas.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

31. Tibério é brasileiro naturalizado, mas um grande admirador de culturas de outros países. Com 33 anos de idade decidiu que iria se desprender do seu passado e viver em outro país. Com o calor da emoção também decidiu renunciar à única nacionalidade que possuía, a brasileira, o que, ao seu ver, facilitaria a obtenção de uma outra nacionalidade.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- a) Tibério em nenhuma hipótese poderia renunciar a nacionalidade, por se tratar de direito indisponível.
- b) seria possível que Tibério renunciasse à nacionalidade, desde que tivesse pelo menos 3 nacionalidades.

c) seria possível que Tibério renunciasse à nacionalidade, desde que tivesse pelo menos 2 nacionalidades.

d) Nesse cenário atual, não conseguindo renunciar a nacionalidade, Tibério poderia ser candidato a presidência da república.

e) Nesse cenário atual, não conseguindo renunciar a nacionalidade, Tibério não poderia ser candidato a Governador.

32. Com base no artigo 66 da Constituição Estadual do RJ, avalie as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F) quanto aos símbolos do estado.

() bandeira.

() hino.

() selos.

() brasão.

As afirmativas são, na ordem apresentada:

a) V – V – V – V.

b) V – V – V – F.

c) V – V – F – V.

d) V – F – F – V.

e) V – F – V – V.

33. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, uma importante mudança no nosso ordenamento jurídico aconteceu. Tibério, analisando a constituição, chegou à seguinte conclusão correta sobre tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo.
- b) Podem ter a natureza jurídica de normas supraleais, se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de norma constitucional derivada, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros.
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário.
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros.

34. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e da administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por:

- a) partido político que elegeu apenas um deputado estadual.

- b) os Conselhos Federais de órgãos de classe profissional.
- c) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito regional.
- d) Assembleia Legislativa do RJ.
- e) o Procurador-Geral de Justiça.

35. Tibruço, analisando a constituição federal, viu que por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, a reforma do Judiciário instituiu o Conselho Nacional de Justiça, que tem composição plural, assim como o Conselho Nacional do Ministério Público. Lendo o texto, Tibruço ficou com dúvida e foi perguntar ao professor experiente no mundo dos concursos. O referido professor respondeu corretamente, à luz do texto constitucional, que:

- a) O presidente do CNJ não será obrigatoriamente um brasileiro nato.
- b) Todos os membros do CNJ e do CNMP que cometerem crime de responsabilidade serão julgados pelo Senado federal.
- c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 14 membros com mandato de 2 anos, admitida 1 recondução, e será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- e) Terá na sua composição membros da justiça eleitoral.

36. O Tribunal de Justiça do RJ encaminhou ao Chefe do Poder Executivo a sua proposta orçamentária anual, a qual foi devolvida sob o argumento de equívoco no destinatário e na ausência de legitimidade do Tribunal para elaborá-la, e ainda que a proposta foi encaminhada em desacordo com os limites do poder executivo que não poderia jamais ajustar os valores.

Clóvis, estudioso do direito, analisou a narrativa acima e usando a sistemática constitucional, chegou à seguinte conclusão sobre o entendimento do Chefe do Poder Executivo que está:

- a) totalmente equivocado, pois o Poder Judiciário, em razão de sua autonomia, deve elaborar a sua proposta orçamentária e encaminhá-la ao Poder Executivo e pode ajustar os valores caso esteja em desacordo.
- b) totalmente certo, pois a proposta orçamentária é elaborada pelo Poder Executivo, responsável pela arrecadação tributária, e deve ser encaminhada ao Poder Legislativo.
- c) parcialmente certo, pois o Poder Judiciário tem legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, mas deve encaminhá-la ao Poder Legislativo.
- d) parcialmente certo, pois o Poder Judiciário tem legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, mas deve encaminhá-la ao Conselho Nacional de Justiça.
- e) parcialmente certo, pois, apesar de o Poder Judiciário não ter legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, a análise inicial é feita pelo Poder Executivo.

37. Tibério, deputado federal eleito pelo Rio de Janeiro, após completar 24 anos de idade, caminhou do Rio até Brasília para protestar. Ele percebeu que o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar

- a) ação popular que será julgada pelo STF, podendo ser proposta no estado onde ele se encontra (Brasília).
- b) ação civil pública que será julgada pelo STF.
- c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.
- d) ação popular que será julgada pelo STF, mas deverá ser proposta no estado onde ele reside.
- e) ação popular que será julgada pelo STJ.

38. Determinada causa foi endereçada ao Tribunal Superior Eleitoral. Esse Tribunal, ao apreciá-la, entendeu que a competência para processar e julgar a causa seria do Superior Tribunal de Justiça. Como esse último Tribunal entendeu que também não seria competente, suscitou conflito negativo de competência. À luz da sistemática constitucional, esse conflito deve ser apreciado pelo:

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Superior Tribunal de Justiça.
- c) Conselho Nacional de Justiça.
- d) Tribunal Superior do Trabalho.
- e) Tribunal Federal de Recursos.

39. O Estado Beta editou a Lei nº X em matéria de competência legislativa concorrente com a União, que deveria ser aplicada pelos órgãos do Estado. No momento da edição desse diploma normativo, este último ente federativo ainda não tinha incursionado na respectiva temática. Ocorre que, em momento posterior, a União editou a Lei nº Y, dispondo sobre a temática, em âmbito nacional, em sentido oposto ao da Lei nº X.

Nesse caso, é correto afirmar que a

- a) Lei nº Y é inconstitucional.
- b) Lei nº X é inconstitucional.
- c) Lei nº X foi revogada pela Lei nº Y.
- d) Lei nº X deve ter apenas sua aplicação suspensa.
- e) Lei nº X deve continuar a ser aplicada em Alfa.

40. Após a obtenção de sua independência em relação ao país Delta, as lideranças políticas do país Beta iniciaram tratativas com o objetivo de elaborar sua primeira Constituição. Com esse objetivo, definiram que seria convocada uma Assembleia Nacional Constituinte.

Nessa situação, é correto afirmar que tem como característica esse poder constituinte de ser

- a) extrajurídico.
- b) de direito.
- c) derivado.
- d) decorrente.
- e) pós-fundacional.

**CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO
SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO (DECRETO Nº 43.583/2012) E
ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
(DECRETO-LEI Nº 220/1975) E SEU
REGULAMENTO (DECRETO Nº 2.479/1979)**

Tiago Zanolla

41. João é servidor público efetivo do Estado do Rio de Janeiro e foi nomeado para exercer um cargo em comissão na Administração Direta. Ao assumir a nova função, surgiram dúvidas quanto à sua remuneração, aos reflexos previdenciários e à relação com o cargo efetivo que ocupa.

Com base no Decreto nº 2.479/1979, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O servidor efetivo nomeado para cargo em comissão é obrigado a perceber exclusivamente o vencimento do cargo em comissão, perdendo temporariamente o adicional por tempo de serviço.
- b) O servidor efetivo pode optar entre o vencimento do cargo em comissão ou a remuneração do cargo efetivo acrescida de gratificação de 70%, sem prejuízo do adicional por tempo de serviço calculado sobre o cargo efetivo.
- c) O servidor contratado que assume cargo em comissão poderá optar pelo regime remuneratório

mais vantajoso, nos mesmos moldes do servidor efetivo.

- d) O servidor inativo, quando provido em cargo em comissão, deverá optar entre o provento da aposentadoria ou o vencimento do cargo em comissão.
- e) A posse em cargo em comissão não implica afastamento do cargo efetivo, salvo se houver vedação expressa da autoridade competente.

42. Carlos é funcionário público estadual e, ao longo do ano, passou por diferentes situações funcionais: respondeu a processo disciplinar, sofreu atrasos no expediente e também teve faltas injustificadas. Diante disso, a Administração passou a efetuar descontos em sua remuneração.

Com base no Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, assinale a alternativa CORRETA quanto à hipótese de desconto aplicada ao servidor.

- a) No cumprimento de pena privativa de liberdade, sem perda do cargo, o servidor deixará de receber dois terços do vencimento e das vantagens enquanto durar a pena.
- b) Durante o afastamento por suspensão preventiva ou recolhimento à prisão por ordem judicial, ainda que não haja condenação definitiva, o servidor deixará de receber integralmente o vencimento e as vantagens, sem direito à restituição futura.
- c) O servidor que faltar ao serviço em um dia específico terá descontado apenas um terço do vencimento e das vantagens correspondentes àquele dia.
- d) Caso o servidor compareça ao serviço após 60 minutos do início do expediente ou se ausente, sem autorização, por mais de 60 minutos, sofrerá desconto de um terço do vencimento e das vantagens do dia.
- e) O servidor que chegar ao serviço dentro dos 60 minutos seguintes ao início do expediente ou se ausentar, sem autorização, por período inferior a 60 minutos, perderá a totalidade do vencimento e das vantagens do dia.

43. Com base no Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 2.479/1979), acerca das penalidades disciplinares aplicáveis aos servidores públicos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A advertência é aplicada por escrito nos casos de negligência, devendo ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.
- b) A repreensão é aplicada verbalmente em casos de desobediência ou reincidência em falta anteriormente punida com advertência.
- c) A suspensão será aplicada nos casos de falta grave, desrespeito a proibições que não ensejem demissão ou reincidência em falta já punida com repreensão.
- d) A destituição de função somente pode ser aplicada quando o servidor for reincidente em falta grave punida com suspensão.
- e) Apenas as penas de suspensão e destituição de função devem ser registradas nos assentamentos funcionais do servidor.

44. De acordo com o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 43.583), considera-se servidor público, para fins éticos, aquele que:

- a) Exerce cargo público efetivo ou em comissão, desde que perceba remuneração e possua vínculo permanente com a Administração Direta.
- b) Presta serviços exclusivamente à Administração Direta do Estado, mediante vínculo estatutário, ainda que sem remuneração.
- c) Presta serviços à Administração Pública direta ou indireta apenas quando houver contrato formal e remuneração previamente fixada.
- d) Presta serviços, por força de lei, contrato ou qualquer ato jurídico, de forma permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem remuneração, em órgãos ou entidades onde prevaleça o interesse estatal.

e) Atua exclusivamente em empresas públicas e sociedades de economia mista, desde que contratado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

45. À luz das vedações impostas ao servidor público pelo Código de Ética do Servidor Público, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É admitido ao servidor utilizar informações obtidas no exercício do cargo em benefício de terceiros, desde que não haja vantagem econômica direta para si.
- b) O servidor pode solicitar vantagem de qualquer espécie, desde que destinada a terceiro e vinculada ao interesse público.
- c) É vedado ao servidor utilizar o cargo para obter favorecimento, ainda que o benefício não seja destinado a si próprio.
- d) O servidor somente incorre em infração ética se alterar documento público com a finalidade de obter vantagem financeira.
- e) A conduta de dificultar o exercício regular de direito de terceiros somente configura infração ética se causar dano material, não sendo relevante o dano moral.

**REGIMENTO INTERNO DA ALERJ
(RESOLUÇÃO Nº 810/1997). PLANO DE
CARREIRA (RESOLUÇÃO Nº 590/1994)***Emerson Bruno*

46. Com base nas disposições do Regimento Interno acerca das sessões legislativas da Assembleia Legislativa, assinale a alternativa correta.

- a) As sessões legislativas ordinárias ocorrem exclusivamente entre 1º de fevereiro e 30 de junho, sendo as reuniões realizadas no segundo semestre sempre de natureza extraordinária.
- b) As sessões legislativas extraordinárias independem de convocação formal, podendo ocorrer automaticamente fora do período ordinário.
- c) A primeira, a segunda e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura são precedidas de sessões preparatórias.
- d) As reuniões previstas para as sessões legislativas ordinárias, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados, são canceladas e deverão ser redesignadas por ato da Mesa Diretora.
- e) As sessões legislativas ordinárias realizam-se de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 31 de dezembro, sendo que a primeira e a terceira são precedidas de sessões preparatórias, e as reuniões que coincidirem com sábados, domingos ou feriados são transferidas para o primeiro dia útil subsequente.

47. À luz das disposições regimentais relativas à diplomação, posse e sessão preparatória dos Deputados Estaduais, assinale a alternativa correta.

- a) O candidato diplomado a Deputado Estadual deverá apresentar à Mesa Diretora, exclusivamente de forma pessoal, até o dia 1º de fevereiro do ano da instalação da legislatura, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral.
- b) Compete à Mesa Diretora organizar a relação dos Deputados diplomados, devendo tal relação ser concluída após a instalação da sessão de posse.
- c) As declarações de bens apresentadas no ato da posse deverão ser renovadas antes da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura.

d) A sessão preparatória dos Deputados Estaduais diplomados ocorrerá às quinze horas do dia 1º de fevereiro do primeiro ano da legislatura, sendo dirigida, preferencialmente, pelo último Presidente reeleito Deputado.

e) Na ausência do último Presidente reeleito, a direção da sessão preparatória caberá ao Deputado mais idoso, independentemente do número de legislaturas exercidas.

48. Conforme o Regimento Interno, no que se refere ao prazo para a posse dos Deputados Estaduais e ao compromisso regimental, assinale a alternativa correta.

- a) A posse deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias, improrrogável, contado da diplomação, em qualquer hipótese.
- b) Em caso de convocação de suplente, o prazo para posse será contado da diplomação, sendo sempre exigida a renovação do compromisso.
- c) Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovada, a posse deverá ocorrer no prazo de trinta dias, prorrogável por igual período, contado da primeira sessão preparatória, da diplomação ou da ocorrência do fato que a ensejar, conforme o caso.
- d) O suplente de Deputado está dispensado de prestar compromisso apenas quando assumir o mandato durante a mesma sessão legislativa em que já o tenha feito.
- e) A prorrogação do prazo para posse depende de iniciativa da Mesa Diretora, não sendo admitido requerimento do interessado.

49. À luz do Regimento Interno, no que se refere à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, assinale a alternativa correta.

- a) A Mesa Diretora é órgão singular, competindo ao Presidente, de forma exclusiva, a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Assembleia.
- b) A Mesa Diretora delibera por unanimidade de seus membros e é composta exclusivamente por parlamentares com direito a voto, na condição de membros efetivos ou suplentes.
- c) A Mesa Diretora é composta por um Presidente, quatro Vice-Presidentes, quatro Secretários e quatro vogais, todos efetivos e com direito a voto, reunindo-se ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou por sete de seus membros efetivos.
- d) O membro da Mesa Diretora que deixar de comparecer a quatro reuniões consecutivas perderá automaticamente o lugar, independentemente da existência de causa justificadora.
- e) Compete à Mesa Diretora exclusivamente decidir sobre requerimentos de licença dos Deputados, vedada a manifestação sobre quaisquer outros temas regimentais.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rodrigo Bet

50. Com base nos dispositivos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro (CE/RJ), analise as afirmativas a seguir:

- I. Compete privativamente à Assembleia Legislativa autorizar o Governador a ausentar-se do Estado por mais de 10 dias, desde que a saída seja do território nacional.
- II. Compete privativamente à Assembleia Legislativa julgar anualmente as contas do Governador, apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo e proceder à tomada de contas quando não apresentadas no prazo constitucional.
- III. A convocação extraordinária da Assembleia Legislativa pode ocorrer a requerimento do Governador do Estado, pelo Presidente da Assembleia Legislativa ou a requerimento da maioria dos seus membros, em caso de urgência ou interesse público relevante.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) As afirmativas I, II e III estão corretas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA***Leandro Ravyelle*

51. O Estado do Rio de Janeiro participa de um contrato de parceria público privada para ampliar a rede básica de saúde e, para mitigar risco de contraparte, ofereceu ao parceiro privado, como garantia, o produto de multas administrativas e de indenizações arrecadados por suas entidades, com fluxo previsível ao longo do contrato. O Tribunal de Contas estadual apontou possível ofensa ao princípio da não afetação, por entender que qualquer vinculação de receita orçamentária para garantia seria vedada, sobretudo porque tais ingressos constaram da base de previsão de receitas da LOA.

À luz da Constituição e das normas de finanças públicas, tal entendimento é juridicamente:

- a) correto, pois a vinculação de qualquer receita orçamentária a garantias privadas depende de lei complementar federal específica, sob pena de inconstitucionalidade formal e material.
- b) correto, uma vez que a vinculação em garantia somente é admitida para a União e exclusivamente com impostos federais, sendo vedada aos Estados quanto a quaisquer receitas.
- c) equivocado, porque a vedação constitucional de não vinculação recai sobre o produto de impostos a órgão, fundo ou despesa, não se aplicando, como regra, a receitas não tributárias (multas e preços públicos), salvo disposições específicas.
- d) correto, já que o princípio veda toda e qualquer destinação vinculada, inclusive de receitas não tributárias, por afetar o equilíbrio orçamentário e a unidade de caixa do Tesouro.
- e) equivocado, porque a vedação constitucional limita-se à vinculação de tributos em geral (impostos, taxas e contribuições), sendo livre a vinculação do produto dos impostos estaduais.

52. A Lei Orçamentária Anual de 2026 do Estado do Rio de Janeiro foi sancionada com:

- (i) *autorização genérica para o Chefe do Executivo abrir créditos suplementares até 15% do total da despesa fixada;*
- (ii) *criação de reserva de contingência “calculada com base na arrecadação total do exercício anterior apurada em relatório fiscal”, constando apenas o valor global na LOA; e*
- (iii) *previsão de alienação de equipamentos da frota oficial, com cláusula contratual prevendo multa e juros por atraso de pagamento por parte do arrematante.*

À luz da CF/1988, da Lei nº 4.320/1964, da LRF (LC nº 101/2000) e dos manuais federais (MTO 2025 e MCASP 11ª ed.), assinale a alternativa correta:

- a) A LRF exige que a LOA fixe o montante da reserva de contingência com base na receita arrecadada total do exercício anterior, evidenciada em relatório fiscal quadrimestral (RGF).
- b) Segundo o Ementário de Receitas e o MCASP, multa e juros por atraso no recebimento de alienação de bens devem ser classificados como receitas de capital, por derivarem de uma operação de capital.
- c) A LOA pode autorizar a abertura de créditos suplementares até determinado limite e estes podem ter como fonte o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 31/12 do exercício anterior, desde que não comprometido por despesas já vinculadas.
- d) O princípio da exclusividade autoriza inserir na LOA dispositivo permitindo a abertura de créditos especiais e suplementares para despesas sem dotação específica.
- e) A LRF determina que a reserva de contingência conste necessariamente na LOA, sendo calculada com base na RREO bimestral, e dispensa tratamento na LDO por se tratar de despesa intraorçamentária.

53. Em auditoria na Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, constatou-se que diversas programações discricionárias da LOA não vinham sendo executadas, a despeito de haver dotação vigente. O gestor afirmou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) condiciona o dever constitucional de executar as programações ao atendimento de regras fiscais e operacionais, e que tal dever não se estende a despesas obrigatórias, já regidas por normativos próprios. À luz do sistema constitucional-orçamentário e do padrão de redação adotado nas LDOs, a determinação constitucional de executar programações orçamentárias está condicionada à seguinte regra:

- a) Aplica-se exclusivamente às programações discricionárias e primárias.
- b) Aplica-se nos casos de impedimentos de ordem técnica devidamente justificados.
- c) Impede o cancelamento necessário à abertura de créditos adicionais.
- d) Não se subordina ao cumprimento de dispositivos legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesa.
- e) Aplica-se exclusivamente às despesas primárias discricionárias e às receitas financeiras vinculadas.

54. No exercício financeiro de 2026, o montante global de emendas parlamentares aprovadas ao projeto de lei orçamentária da União ficou assim distribuído: R\$ 60 bilhões, sendo R\$ 28 bilhões em emendas individuais, R\$ 12 bilhões em emendas de comissão e R\$ 20 bilhões em emendas de bancada estadual.

Considerando as regras constitucionais e legais sobre impositividade e vinculação às ASPS, o valor mínimo que obrigatoriamente deve ser destinado às ações e serviços públicos de saúde, no conjunto das emendas, corresponde a:

- a) R\$ 14 bilhões
- b) R\$ 18 bilhões
- c) R\$ 20 bilhões
- d) R\$ 24 bilhões
- e) R\$ 30 bilhões

55. Durante uma auditoria na Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, um Especialista recebe um extrato de uma dotação com o seguinte encadeamento de classificadores:

- *Órgão/Unidade*
- *Programa*
- *Ação/Subtítulo (localizador)*
- *GND*
- *Modalidade de Aplicação*
- *Elemento de Despesa*
- *Fonte/Destinação*
- *Identificador de Resultado Primário (RP).*

Considerando as definições do MTO 2025 e do MCASP (11ª ed.), assinale qual categoria é tratada como elemento qualitativo do plano de trabalho.

- a) Categoria econômica da despesa
- b) Elemento de despesa
- c) Estrutura programática
- d) Grupo de natureza da despesa
- e) Modalidade de aplicação

56. Durante a análise preliminar do projeto de LDO do Governo do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2026, a equipe técnica da Secretaria de Fazenda detectou falhas no Anexo de Metas Fiscais (AMF), dentre as apontadas:

- não havia histórico patrimonial nem memória de cálculo das projeções e tampouco constavam comparações com exercícios pretéritos.

Um assessor sustentou que tais peças seriam “facultativas”, bastando a tabela de metas primárias.

À luz da LRF, assinale o conteúdo obrigatório do AMF que foi indevidamente omitido.

- a) Avaliação do cumprimento das metas relativas ao bimestre anterior, com as justificativas dos desvios.
- b) Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita, excluída a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- c) Metas anuais apenas para resultado primário e nominal, dispensado o montante da dívida pública quando não houver aumento projetado.
- d) a estimativa do impacto fiscal, quando couber, das recomendações resultantes da avaliação das políticas públicas.
- e) Avaliação atuarial exclusivamente do Regime Geral de Previdência Social, por ser centralizada na União.

CONTROLE INTERNO

Guilherme Sant'Anna

57. A adoção de um sistema de controle interno eficaz na administração pública contribui para:

- a) reduzir os riscos de responsabilização dos gestores públicos perante os órgãos de controle externo.
- b) garantir que todas as metas institucionais sejam plenamente atingidas.
- c) assegurar a eficiência, eficácia e economicidade na gestão dos recursos públicos.

- d) evitar a necessidade de auditorias independentes nas entidades públicas.

- e) centralizar a tomada de decisões financeiras no controle externo.

58. Sobre os componentes do Modelo COSO de controle interno, assinale a afirmativa correta.

- a) O ambiente de controle é o componente que trata exclusivamente dos sistemas de TI utilizados pela organização.
- b) A avaliação de riscos envolve apenas a análise de riscos operacionais, excluindo os riscos estratégicos.
- c) O monitoramento ocorre apenas ao final do exercício fiscal, por meio de auditoria externa.
- d) A informação e comunicação referem-se unicamente à publicação dos relatórios financeiros.
- e) As atividades de controle consistem em políticas e procedimentos que visam assegurar o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela administração.

59. No contexto da Governança Pública no Poder Legislativo, o princípio da “accountability” pode ser melhor definido como:

- a) A obrigação legal de cumprir as metas estabelecidas pelo Poder Executivo.
- b) A responsabilização e prestação de contas pelos atos administrativos praticados.
- c) A independência funcional entre os órgãos de controle interno e externo.
- d) A centralização do processo decisório nas comissões legislativas permanentes.
- e) A transparência restrita aos órgãos fiscalizadores.

60. Em relação à avaliação de riscos, conforme o modelo COSO, o processo de identificação de riscos deve considerar:

- a) Somente os riscos externos à organização, uma vez que os internos são invariavelmente controláveis.
- b) Riscos que afetem diretamente os servidores públicos, excluindo os de natureza estratégica.
- c) Os riscos financeiros e contábeis apurados em auditorias periódicas.
- d) Riscos que possam afetar o atingimento dos objetivos institucionais da organização pública.
- e) Os riscos que já tenham ocorrido em exercícios anteriores.

61. Um dos elementos fundamentais do ambiente de controle, segundo o modelo COSO, é:

- a) a conduta ética e a integridade dos gestores públicos.
- b) a previsão orçamentária de todos os programas públicos.
- c) o uso de normas internacionais de contabilidade.
- d) a existência de conselhos deliberativos vinculados ao Legislativo.
- e) a terceirização da atividade de auditoria interna.

62. A Matriz de Riscos é uma ferramenta útil na gestão de riscos corporativos porque:

- a) elimina a necessidade de avaliação qualitativa dos riscos.
- b) substitui os controles internos já existentes.
- c) classifica os riscos conforme sua probabilidade e impacto, facilitando sua priorização.
- d) impede a ocorrência de fraudes nos órgãos da administração pública.
- e) é utilizada principalmente por auditorias externas.

63. No contexto da gestão de riscos corporativos, a resposta ao risco que consiste em deixar a atividade como está, não adotando qualquer medida, é denominada:

- a) redução.
- b) compartilhamento.
- c) controle.
- d) eliminação.
- e) aceitação.

64. A respeito da integração entre o controle interno e o controle externo, é correto afirmar que:

- a) o controle interno substitui o controle externo nas funções de auditoria.
- b) o controle interno alimenta o controle externo com informações relevantes sobre a gestão pública.
- c) ambos os controles atuam de forma isolada para evitar conflitos de competência.
- d) o controle externo limita a atuação do controle interno a aspectos financeiros.
- e) o controle interno é exercido exclusivamente por auditores externos independentes.

GESTÃO DE RISCOS*Elisabete Moreira*

65. Durante o planejamento estratégico da Assembleia Legislativa (ALERJ), a Diretoria de Tecnologia da Informação identificou um risco elevado de obsolescência dos servidores físicos de dados, o que poderia paralisar as atividades legislativas. Após realizar a análise qualitativa e quantitativa, o gestor responsável decidiu não implementar medidas para alterar a probabilidade ou o impacto do risco naquele momento, entendendo que o custo das contramedidas superaria o benefício, e que o nível de risco, embora alto, estava dentro do apetite a risco definido pela governança da Casa para aquele período específico de transição. À luz da ISO 31000 e das boas práticas de resposta aos riscos, a atitude adotada pelo gestor classifica-se corretamente como:

- a) Mitigar o risco, pois houve uma análise consciente das consequências.
- b) Evitar o risco, uma vez que nenhuma ação ativa foi tomada para alterar o cenário.
- c) Transferir o risco, pois a decisão foi escalada para a governança da Casa.
- d) Aceitar (ou reter) o risco, assumindo o ônus das consequências caso o evento ocorra.
- e) Eliminar o risco, visto que o apetite a risco da organização comportava a situação.

66. Um Analista Legislativo está participando da etapa de avaliação de riscos de um novo processo de compras públicas. Ele já passou pela identificação e pela análise, onde determinou que a probabilidade de fraude é "Média" e o impacto financeiro é "Alto". Agora, na fase de avaliação propriamente dita, segundo a norma ISO 31000 e o Manual do TCU, a principal atividade a ser desempenhada pelo analista é:

- a) Calcular o desvio padrão das perdas financeiras históricas para modelagem de Monte Carlo.

b) Comparar os resultados da análise de riscos com os critérios de risco preestabelecidos para determinar se o risco é tolerável.

c) Implementar controles internos administrativos para reduzir a probabilidade de fraude.

d) Brainstorming para levantar novos cenários de riscos que não foram mapeados na fase inicial.

e) Elaborar o plano de contingência para o caso de a fraude se materializar.

67. A ALERJ decide contratar uma apólice de seguro para cobrir eventuais danos ao seu patrimônio histórico (Palácio Tiradentes) em caso de incêndio ou desastres naturais. Paralelamente, instala detectores de fumaça modernos. No contexto da Matriz de Riscos e das respostas aos riscos, as ações de "contratar seguro" e "instalar detectores" referem-se, respectivamente, às estratégias de:

a) Transferir (Compartilhar) e Mitigar (Reduzir).

b) Mitigar (Reduzir) e Evitar.

c) Aceitar e Transferir (Compartilhar).

d) Evitar e Mitigar (Reduzir).

e) Transferir (Compartilhar) e Transferir (Compartilhar).

68. Considere o processo de elaboração da Matriz de Riscos em um órgão público e após a implementação de controles internos, o gestor deve reavaliar a posição do risco na matriz. Assinale a alternativa que define corretamente o risco que permanece após a implementação das respostas e que deve ser monitorado continuamente.

a) Risco Inerente.

b) Risco Residual.

c) Risco Secundário.

d) Risco Estratégico.

e) Risco de Conformidade.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL*Guilherme Sant'Anna*

69. De acordo com os princípios fundamentais da auditoria no setor público, a independência e a objetividade do auditor são essenciais para garantir a credibilidade dos trabalhos realizados. Nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

- a) A objetividade está relacionada à capacidade técnica do auditor em manter o sigilo das informações obtidas no decorrer da auditoria.
- b) A independência refere-se à ausência de vínculo empregatício entre o auditor e a entidade auditada.
- c) A objetividade está relacionada à imparcialidade do auditor e à sua disposição para considerar todos os aspectos relevantes na tomada de decisão, livre de influências indevidas.
- d) A independência é dispensável nos casos em que a auditoria é realizada internamente por servidor estável da instituição.
- e) A imparcialidade do auditor é garantida pela assinatura de termo de responsabilidade ao início da auditoria.

70. Com base nas normas de auditoria interna e na estrutura dos papéis de trabalho, assinale a opção que apresenta uma prática recomendada quanto à documentação da auditoria.

- a) Os papéis de trabalho devem conter apenas os resultados finais da auditoria, sem necessidade de registrar os procedimentos realizados.
- b) O arquivamento dos papéis de trabalho pode ser dispensado após a aprovação do relatório final.
- c) É recomendável que apenas o responsável técnico pela auditoria tenha acesso aos papéis de trabalho, a fim de assegurar a confidencialidade.
- d) A documentação deve conter informações suficientes para possibilitar a compreensão do trabalho realizado e das conclusões alcançadas.
- e) A elaboração dos papéis de trabalho deve ser feita exclusivamente no final do trabalho de auditoria.

71. No planejamento da auditoria governamental baseada em riscos, uma das etapas fundamentais é a compreensão da entidade auditada. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- a) O entendimento da entidade deve ser obtido exclusivamente por meio de análise documental prévia.
- b) A compreensão do ambiente de controle interno é dispensável caso o auditor já tenha experiência anterior na entidade.
- c) Essa etapa deve ser realizada de forma padronizada, com aplicação de questionários uniformes a todas as auditorias.
- d) A etapa de entendimento da entidade ocorre somente após a aplicação dos testes substantivos.
- e) A obtenção de conhecimento sobre a entidade visa identificar riscos que possam afetar a obtenção de evidência apropriada.

72. A respeito das evidências em auditoria governamental, é correto afirmar que:

- a) Evidência apropriada refere-se exclusivamente à origem documental dos dados coletados.
- b) Evidência apropriada é aquela pertinente ao objetivo da auditoria e obtida de fonte confiável.
- c) A quantidade de evidência exigida independe do grau de risco identificado na auditoria.
- d) A evidência suficiente está relacionada à relevância e confiabilidade das informações coletadas.
- e) A confiabilidade da evidência está diretamente ligada à sua forma escrita e assinatura de responsável.

73. Segundo as normas aplicáveis à comunicação dos resultados da auditoria governamental, o relatório final deve conter:

- a) Clareza, objetividade e tempestividade, com a apresentação dos achados, conclusões e recomendações.
- b) Detalhamento técnico dos métodos de amostragem e cálculos estatísticos utilizados.
- c) Conclusões vagas, de modo a preservar a imagem da entidade auditada.
- d) Apenas os aspectos negativos apurados na execução dos procedimentos de auditoria.
- e) Cópia integral dos papéis de trabalho, como forma de justificar os apontamentos.

74. Com base nos procedimentos de auditoria, assinale a alternativa que apresenta corretamente um teste de controle.

- a) Análise do impacto financeiro de uma falha no sistema contábil.
- b) Inspeção de registros visando verificar a existência de controles efetivos.
- c) Reexecução de cálculos contábeis com base nos documentos originais.
- d) Circularização de saldos com partes relacionadas.
- e) Elaboração de fluxogramas de processos administrativos.

75. Em relação aos achados de auditoria e sua estrutura, assinale a opção correta.

- a) O critério representa a situação atual observada durante a auditoria.
- b) A condição é o parâmetro normativo que orienta a análise dos fatos.
- c) A causa representa a norma violada pela entidade auditada.
- d) A recomendação deve ser omitida nos casos em que não há ilegalidade constatada.
- e) O efeito diz respeito às consequências reais ou potenciais da não conformidade identificada.

76. Em relação à amostragem na auditoria governamental, assinale a alternativa incorreta.

- a) A amostragem estatística é baseada em leis matemáticas de probabilidade.
- b) A amostragem não estatística, em função de seu caráter restritivo, não é permitida.
- c) A escolha entre amostragem estatística e não estatística deve considerar os objetivos da auditoria.
- d) A seleção da amostra pode ser feita com base em julgamento profissional.
- e) A extensão dos procedimentos de auditoria pode ser definida com base no risco e na materialidade.

LEI 8.429/1992; LEI 14.133/2021; LEI 12.846/2013 E NORMAS CONSTITUCIONAIS PERTINENTES*Fabiano Pereira*

77. A Prefeitura do Município de Santa Aurora celebrou contrato administrativo com a empresa Construtora Horizonte Ltda. para a reforma de escolas públicas. Após auditoria interna, surgiram indícios de que a empresa superfaturou materiais e desviou parte dos recursos, beneficiando-se ilicitamente.

Diante da repercussão, a Construtora Horizonte realizou uma fusão com a empresa Alfa Engenharia S.A., passando esta a ser sua sucessora. Posteriormente, o sócio majoritário da antiga empresa faleceu, deixando bens aos seus herdeiros.

Durante as investigações, apurou-se que apenas um dos diretores da Construtora Horizonte participou diretamente do esquema, recebendo vantagens pessoais, enquanto os demais sócios não tiveram qualquer envolvimento ou benefício.

Com base na situação apresentada e nos dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992, assinale a alternativa **correta**.

- a) Todos os sócios, cotistas, diretores e colaboradores da Construtora Horizonte responderão solidariamente pelo ato de improbidade, ainda que não haja prova de participação ou benefício direto.
- b) A Alfa Engenharia S.A., como empresa sucessora por fusão, responderá por todas as sanções previstas na Lei de Improbidade, independentemente da data dos fatos e do patrimônio transferido.
- c) O diretor que comprovadamente participou e se beneficiou do ato de improbidade responderá nos limites de sua participação, enquanto os demais sócios que não participaram não poderão ser responsabilizados.
- d) Os herdeiros do sócio falecido responderão integralmente por todas as sanções decorrentes do ato de improbidade, inclusive multas e suspensão de direitos políticos.

e) A autoridade municipal que tomou conhecimento dos indícios de improbidade poderá, se entender conveniente, deixar de comunicar o fato ao Ministério Público, desde que adote providências administrativas internas.

78. O Município de Vila Serena instaurou processo administrativo para apurar irregularidades na contratação de serviços de limpeza urbana prestados pela empresa EcoLimpa Serviços Ambientais Ltda.. A investigação apontou que a empresa ofereceu vantagens indevidas a agentes públicos para vencer a licitação, obtendo benefício econômico direto.

Durante o curso do processo, a EcoLimpa passou por uma incorporação, sendo absorvida pela empresa VerdeNovo Sustentabilidade S.A.. Além disso, foi identificado que o diretor financeiro da EcoLimpa autorizou os pagamentos ilícitos, enquanto os demais administradores não tiveram ciência ou participação nos fatos.

Com base na Lei Anticorrupção Lei nº 12.846/2013 e na situação narrada, assinale a alternativa **correta**.

- a) A EcoLimpa somente poderá ser responsabilizada se também houver condenação prévia do seu diretor financeiro, pois a responsabilização da pessoa jurídica depende da responsabilização individual.
- b) A VerdeNovo Sustentabilidade S.A., como sucessora por incorporação, não poderá ser responsabilizada pelos atos da EcoLimpa, pois não participou diretamente das condutas ilícitas.
- c) A EcoLimpa poderá ser responsabilizada objetivamente, ainda que não se comprove a culpa de seus dirigentes, e a responsabilização da pessoa jurídica independe da responsabilização individual.
- d) Todos os administradores da EcoLimpa responderão automaticamente pelos atos ilícitos praticados, independentemente de culpa, em razão do benefício obtido pela empresa.
- e) O diretor financeiro responderá objetivamente pelo ato ilícito, ainda que não haja prova de dolo ou culpa, em razão do cargo que ocupa.

79. No Município de Boa Esperança, a prefeita Helena Duarte determinou a abertura de licitação para contratação de empresa especializada na modernização do sistema de iluminação pública. Para conduzir o certame, foram adotadas as seguintes providências:

- I. Foi designado como agente de contratação o servidor Rogério, ocupante de cargo efetivo no município, porém sem qualquer formação ou experiência na área de licitações.
- II. Rogério também passou a atuar, simultaneamente, na análise jurídica do edital, por integrar a assessoria jurídica do Município.
- III. Verificou-se, ainda, que Rogério é cunhado de um dos sócios de uma empresa que participa com frequência das licitações do município.

Apesar disso, a autoridade municipal manteve a designação, sob o argumento de que Rogério é servidor efetivo e de confiança.

Com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021 e na situação descrita, assinale a alternativa **correta**.

- a) A designação é válida, pois basta que o agente de contratação seja servidor efetivo, sendo irrelevante a existência de vínculo de parentesco com licitantes.
- b) A designação é inválida, pois viola os requisitos legais, o princípio da segregação de funções e as vedações relativas a vínculos com licitantes habituais.
- c) A atuação simultânea do agente de contratação e da assessoria jurídica é permitida, desde que o servidor seja efetivo e tenha a confiança da autoridade.
- d) Caso a licitação envolva bens ou serviços especiais, Rogério poderá ser mantido como agente de contratação, sendo auxiliado por comissão, sem necessidade de substituição.
- e) Eventuais irregularidades apenas afastariam a responsabilidade do agente, mas não comprometeriam a validade da designação feita pela autoridade.

80. O Município de Serra Azul decidiu alienar veículos e equipamentos apreendidos e considerados inservíveis. Para tanto, a prefeita Marina Tavares autorizou a realização de leilão eletrônico, designando o servidor Carlos, lotado na Secretaria de Administração, para conduzir o certame.

Durante a preparação do procedimento, surgiram as seguintes decisões:

- I. A Administração cogitou substituir Carlos por um leiloeiro oficial, escolhido diretamente, sem licitação ou credenciamento.
- II. O edital previu apenas a descrição genérica dos bens, sem indicar valor de avaliação, preço mínimo, local onde se encontravam nem eventuais ônus.
- III. O edital foi publicado exclusivamente no sítio eletrônico do Município, sem afixação em local de ampla circulação.

IV. A comissão responsável pretendia exigir cadastro prévio e fase de habilitação dos interessados.

Com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021 e na situação narrada, assinale a alternativa **correta**.

- a) A escolha direta de leiloeiro oficial é válida, desde que os percentuais de comissão estejam dentro dos limites legais.
- b) O edital poderia omitir informações sobre avaliação, localização e ônus dos bens, pois tais dados são facultativos em leilão eletrônico.
- c) O edital deveria conter todas as informações essenciais previstas em lei e, além da divulgação eletrônica, ser afixado em local de ampla circulação.
- d) A Administração pode exigir cadastro prévio e fase de habilitação, por se tratar de alienação de bens públicos.
- e) O leilão somente poderá ser homologado após a assinatura de contrato com o vencedor.

Discursiva

A Assembleia Legislativa do Estado de "Gama", no ano de 2024, identificou falhas recorrentes na fidedignidade de suas divulgações financeiras e no cumprimento de normas regulatórias. Diante disso, a mesa diretora decidiu implementar as diretrizes do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) para fortalecer sua governança. Durante as fases de planejamento, os gestores demonstraram incerteza sobre a evolução do modelo Internal Control — Integrated Framework (COSO I) para o Enterprise Risk Management — Integrated Framework (COSO II), especialmente quanto à inclusão de novos componentes e à forma de reagir aos eventos que afetam os objetivos institucionais. Como Especialista Legislativo, você deve fundamentar a transição dessas estruturas.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda aos seguintes tópicos:

1. Considerando a necessidade de fortalecimento da governança em "Gama", apresente a definição de controle interno e quatro de seus conceitos fundamentais que devem orientar os servidores.
2. Diante da dúvida dos gestores da Assembleia sobre a evolução dos modelos, identifique os três componentes acrescentados ao COSO I para transformá-lo no COSO II e cite as quatro categorias de objetivos deste último modelo.
3. Para que a Assembleia possa reagir aos eventos que afetam seus objetivos em 2024, explique o componente resposta a risco e descreva as quatro categorias em que tais respostas se classificam.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>